

FIGURAÇÕES DO ESTADO DE EXCEÇÃO EM ZÉLIA GATTAI: MEMÓRIAS DE UMA TESTEMUNHA ANARQUISTA-LIBERTÁRIA

Arlinda Santana Santos¹

Orientador: Prof. Dr. Roberto Seidel

Resumo: O texto que se segue é um recorte da pesquisa intitulada *Memórias e outras histórias: a escrita feminina de memórias em Zélia Gattai*, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia/ Campus II/ DEDC II Alagoinhas, Linha 1 – Margens da Literatura, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Seidel. O presente artigo pretende um estudo das figurações do “estado de exceção” nas obras memorialísticas de Zélia Gattai. Para tanto, recorre-se, dentre outros, aos conceitos de estado de exceção e testemunho apresentados por Agamben em *Estado de Exceção* (2004) e *O que resta de Auschwitz* (2008). Rememorando seu passado, Gattai apresenta suas experiências vividas diante dos horrores do estado de exceção e traz o testemunho de outros sujeitos. Percebe-se que sua escrita é lugar de possibilidade de fala não só para si, mas também para diferentes vozes subjugadas.

Palavras-chave: Memórias. Testemunho. Estado de exceção.

INTRODUÇÃO

O presente texto faz parte da pesquisa *Memórias e outras histórias: a escrita feminina de memórias em Zélia Gattai*, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Seidel e será parte integrante do primeiro capítulo da dissertação final.

De uma maneira geral, a pesquisa está organizada, até o presente momento, em três capítulos: o primeiro acima referido, o segundo intitulado “Por uma fuga da gaveta: reflexões sobre a produção da escrita feminina de memórias” e o terceiro “A escrita autobiográfica como escrita/invenção de si: a vontade de liberdade no rememorar de Gattai”. Estruturalmente, desde o último Seminário Interlinhas, mudou-se de quatro capítulos para três. O que se intenciona apresentar como segundo capítulo (“Zélia, D. Angelina e Lalu: mulheres, subjetividades e suas múltiplas escritas do feminino”), passará a figurar como tópico. Neste sentido, a pesquisa vem caminhando nesse processo de organização prévia da dissertação, já pensando no processo de qualificação a ser desenvolvido oportunamente.

No primeiro capítulo, “Figurações do Estado de Exceção em Zélia Gattai: memórias de uma testemunha anarquista-libertária”, a intenção é um estudo das figurações do estado de exceção nas obras memorialísticas de Zélia Gattai. Para tanto, recorre-se aos conceitos de estado de exceção e

¹ Professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira da Rede Estadual, Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus II, Aluna do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia - UNEB / DEDC II Alagoinhas, com o projeto *Memórias e outras histórias: a escrita feminina de memórias em Zélia Gattai*, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Seidel.

testemunho apresentados por Agamben em *Estado de Exceção* (2004) e *O que resta de Auschwitz* (2008).

Acredita-se que a história não se faz só de heróis, se faz, em sua grande parte, de rostos anônimos, de sujeitos perdidos no que generalizamos sob a alcunha de “população”; por homens e mulheres sem rosto que vivem em seus cotidianos, simples e insignificantes, a vida nua. São esses sujeitos que nos tem o que dizer e não os heróis, pois não restaram heróis, todos foram mortos. Como em Auschwitz, o que nos restou foram as testemunhas.

Em *O que resta de Auschwitz*, Giorgio Agamben (2008) nos leva a refletir sobre os conflitos éticos que perpassam as tragédias cotidianas vividas no campo de concentração. Convida-nos a conhecer o estado de exceção sob a ótica dos muçulmanos e narradas pelos que sobreviveram. Restam, portanto, a testemunha e suas memórias.

Os horrores promovidos por qualquer forma de poder soberano causam no sujeito marcas (visíveis e invisíveis) que o acompanharão ao longo de sua vida, passando a ser parte de sua identidade. Ao mesmo tempo, as figurações de um estado de exceção se mostram/ocultam num jogo no qual o ser humano luta para não perder sua condição de humanidade. É nessa linha tênue que se encontra o muçulmano, e é dele, da materialização de um futuro que não se queria para si, e de um passado que se quer esquecer, que o testemunho, o possível e o indizível, tratará.

O ato de testemunhar vem aliado ao ato de rememorar, não somente pelo dever da memória, uma espécie de compromisso de fala, mas sim, pelo rememorar enquanto forma de catarse de um estado de horror vivenciado. No mais, “parece haver um passado que se recusa a ser passado” (GUIMARÃES, 2010, p. 27), permanecendo vivo, e, portanto, não acabado, no presente daqueles que o testemunharam.

Ao mesmo tempo, o lembrar implica o esquecer; não um esquecimento inocente, mas o esquecimento do recalque, o esquecimento que lembra aquilo que não se quer lembrar. Talvez e “preferiria não” lembrar, como nos sugere Bartleby, personagem do conto “Bartleby, o escriturário”, de Melville.

E o que se fazer com as memórias do que se quer esquecer? São as memórias das atrocidades vividas que constroem um lugar de fala para os homens e para as mulheres sem rosto que se depararam com a seguinte questão: o que fazer com aquilo que se lembra?

No embate entre lembrar/esquecer, o testemunho do sobrevivente é posto à prova a todo o momento. Sua fala se dá a partir de um não-lugar, suas lembranças dão conta de um testemunho incompleto. Fala-se em nome de terceiros, ou ainda o testemunho dado pelos que sobreviveram às

atrocidades do estado de exceção fala de “coisas vistas de perto, mas não experimentadas pessoalmente” (LEVI apud AGAMBEN, 2008, p. 43).

O sujeito que fala já não fala por si. As memórias dos que viveram a vida nua do estado de exceção, em sua figuração mais tirana, o campo de concentração, já não são as de quem dá o testemunho, mas sim, passam a se constituir numa voz que faz ecoar as vozes dos que submergiram. A identidade do sujeito, constituída em seu momento de fala, ou seja, o eu que enuncia, que se (im)põe enquanto ser que fala, já não serve para contemplar a fala da memória. Ele lembra (e (não)esquece) por si, pelo muçulmano, pelos heróis.

Sua identidade deixa de ser individual e passa a ser coletiva. O sujeito deixa de ser individual e passa a formar uma massa de corpos a serem encaminhados a fornos, a departamentos de controle social, ou simplesmente reduzidos à alcunha de desaparecidos, criando assim uma situação ambivalente: até que ponto essa identidade coletiva pode ser vista enquanto potência de ativação de uma subjetividade massacrada no campo? Até que ponto seu eu, negado juntamente com seu lugar de fala, marca a morte de sua subjetividade? Que sujeito emerge desse contexto de dessubjetivação caótica gerada pelo estado de exceção? Que memórias são essas que nascem da vontade/necessidade de se testemunhar?

Para tais questões não há respostas prontas. Não há verdade, ou verdades, sobre o que se viveu. Isso ocorre porque, ao apresentar tentativas de respostas, de explicações para os horrores vividos e cometidos em nome de uma ordem, criada para manter um aparente estado de exceção, colabora-se com este, com sua vontade de poder soberano e aniquilador de identidades que teimam em não se calarem. As memórias coletivas, individuais, vividas ou presenciadas não são respostas, não encerram o fato vivido, mas possibilitam a cada escrita, reescrita, a cada leitura, que não sejam esquecidas as figurações do estado de exceção.

Sendo assim, o “ato de lembrança, realizado num presente, torna-se a condição de fazer visível o invisível do passado” (GUIMARÃES, 2010, p. 27). As lembranças, os testemunhos, darão conta daquilo que muitas vezes não nos damos conta. Trazem a possibilidade do ser visível ao cotidiano, ao menor, ao muçulmano, ao subalterno.

Como dito anteriormente, a intenção não é buscar o testemunho de heróis, pois isso já foi feito à exaustão por livros, enciclopédias. Quer-se o comum, o “homem sem rosto” do qual nos fala Agamben (2008), perdido na multidão, em suas atividades cotidianas, na (não tão) simples tarefa de sobreviver a um governo opressor.

Temo-nos diante, mais uma vez, de homens e mulheres sem rosto, de sujeitos reduzidos indiscriminadamente, sejam eles poetas, cientistas, ricos, pobres, operários, burgueses, à possibilidade do não-humano, do muçulmano, destruídos e destituídos de seus lugares de conforto, e lançados em um campo de tentativa de aniquilamento do pensamento crítico, bem como da própria vida humana.

Para tanto, tomar-se-á como objeto de análise a literatura de memórias da escritora Zélia Gattai, contemplando assim as obras *Anarquistas Graças a Deus* (2009[1979]), *Um chapéu para viagem* (1993 [1982]), *Senhora Dona do Baile* (1984[1984]) e *Jardim de Inverno* (1989[1988]). Nessas obras, a autora tratará de suas memórias familiares bem como, de sua vida ao lado do escritor Jorge Amado em seus anos de exílio político.

Segundo Barthes (2007, p. 19), “a escritura é com efeito, a fala de um outro”. Tomando essa ideia, podemos afirmar que Gattai permite o lugar de fala/testemunho em sua escrita não só a si, mas a sua mãe, D. Angelina, a D. Lalu e aos inúmeros “personagens” que povoam suas histórias. Considerando que alguns dos personagens que falam através da escrita de Zélia Gattai dificilmente teriam lugar de voz, seria possível traçar um paralelo com a afirmação de Agamben (2008) de que a voz da testemunha no momento de testemunhar deixa de ser somente sua e passa a ser daqueles que sucumbiram, ou que neste caso, não tiveram oportunidade de voz.

A pós-modernidade nos permite (re)lançar um olhar sobre nosso passado, não mais a partir da vontade de uma “história oficial”, una e alicerçada por verdades absolutas, mas de forma que se consiga estabelecer “[...] uma nova relação do historiador com o passado. Por meio dos códigos literários os documentos evocam lembranças e as memórias ganham movimento” (SINHORI, 2012, online). Temos a possibilidade efetiva de conjugar história e literatura, de aliar estratégias que nos permitam não só lembrar, mas (re)criar através da memória, um passado (recente), quem sabe para muitos, ainda desconhecido. Todavia, esse *descobrimento* não se dá por um viés histórico, mas por caminhos éticos e poéticos, assim como se propôs Agamben.

Busca-se então, romper com o olhar que vê a escrita de memórias como mera reprodutora de fatos históricos, uma escrita que nas palavras de Barthes (2007), é feita não pelo escritor, mas pelo escrevente que ao desenvolver sua atividade limita-se à escrita de verdades. No entanto, o próprio lugar de subserviência a uma vontade de verdade, reservada ao exercício da prática de escrevente, põe-se por terra quando nos deparamos com a fórmula apresentada por Bartleby: “Preferiria não”.

Sua escrita, ou não escrita, passando a escritura, torna-se manifestação da vontade de ação do sujeito. Quem se manifesta é Bartleby, o escrevente, do lugar do subalterno, contra uma força de poder reacionário que o manda buscar a verdade em sua escrita. Com isso, a própria atividade do

escrevente transfigura-se na atividade do escritor, ao contrariar, e não querer para si a doutrina e a vontade de verdade do testemunho; sendo esta última a própria negação da ideia de testemunha apresentada por Agamben, já que a fala do testemunho traz em si algo do que não se quer testemunhar, mas que se faz num processo de catarse, como já dito anteriormente.

O próprio Barthes traz uma figuração para tal fato, o *escritor-escrevente*, apresentado como “um tipo bastardo”,

um excluído integrado por sua própria exclusão, um herdeiro longínquo do Maldito: sua função na sociedade global não está talvez muito longe daquela que Claude Lévi-Strauss atribuiu ao Feiticeiro: função de complementariedade, já que o feiticeiro e o intelectual lixam de certo modo uma doença necessária à economia coletiva da saúde. E naturalmente, não é espantoso que tal conflito (tal contrato, se quiser) se trave no nível da linguagem; pois a linguagem é este paradoxo: a institucionalização da subjetividade (BATHES, 2007, p. 38-39).

Tal institucionalização da subjetividade através da linguagem, aqui configurada na linguagem escrita de memórias, não se dará de forma passiva, mas sim, como uma força ativa e (re)criadora de fatos vividos. Personagens ilustres e sujeitos sem rosto ganham o mesmo lugar de fala, que se encontra sobre um terreno movediço onde a própria autora não se sente segura. Sua condição de escritora, tão questionada por alguns críticos literários, também é posta à prova por si mesma.

E mesmo assim Zélia escreve. A mulher escreve. Traz à luz sua escrita e sua escritura, pulsando vida e refletindo, subliminarmente ou não, as relações que são travadas em seu dia-a-dia. De maneira aparentemente despretensiosa, sua escrita se dá num processo semelhante ao apresentado por Virginia Woolf em *Um teto todo seu* (1990), sem sequer meia hora para si e em meio ao caos das atividades domésticas.

Sua ousadia de “menina atrevida”, tão bem prevista por sua mãe, nos permite conhecer o cotidiano de anarquistas e socialistas, sem mitos ou preconceitos, o exílio de ilustres conhecidos e desconhecidos. Através de suas memórias, e testemunho, distinguimos diversas figurações do Estado de Exceção, diversas máscaras que a vontade de poder usa para dominar a subjetividade humana.

Em *Anarquistas, graças a Deus* (2009[1979]), Gattai rememora não somente sua infância, mas sua formação libertária dentro de um lar anarquista. Os episódios narrados pela autora nos levam ao início da divulgação do pensamento anarquista no Brasil. O seu testemunho, na condição de descendente direta de uma família que veio da Itália para a consolidação da ideia formulada por Giovanni Rossi, uma “colônia socialista Experimental”, dá-nos notícias de um movimento utópico, mas não menos revolucionário, que se propõe “a tornar realidade um sonho”, fundamentado “nos ensinamentos de Bakunin e Kropotkin, à procura de um caminho novo para a humanidade faminta, esfarrapada, ensanguentada, talvez esquecida por Deus” (GATTAI, 2009, p. 178), nas palavras de

Arnaldo Gattai, um dos fundadores da Colônia Cecília, e que ganham voz na escrita/testemunho de sua neta.

Embalada pelo sonho de um mundo justo e igualitário, em meio à competição de vendas de jornais anarquistas, brincadeira de criança que culmina com sua militância política na fase adulta, a menina Zélia também é apresentada à força do Estado opressor. Nas reuniões das Classes Laboriosas e da Lega Lombarda é discutido o caso Sacco e Vanzetti, “dois anarquistas italianos, condenados à morte nos Estados Unidos” (idem, p. 196-197). A luta pela libertação dos prisioneiros lhe é exibida não somente como uma questão anarquista, mas como uma luta por liberdade e democracia a ser travada por todos.

Nessa obra, estão refletidas as impressões de uma criança sobre temas “de adulto”, sua assimilação de valores familiares, e as contradições destes, bem como o olhar da sociedade sobre aquela família anarquista:

A primeira vez que ouvi dona Carolina empregar a palavra “anarquia” para designar desordem, fiquei chocada. Será possível? Será que ela está se referindo a mim. Ao chegar em casa, nesse dia, relatei o acontecido à mamãe. Ao contrário do que esperava, mamãe não se indignou, riu de minha ingenuidade, explicou-me então que a maioria das pessoas pensava assim, usando a palavra anarquia naquele sentido, nada sabendo sobre a verdade do anarquismo. (idem, p. 223)

Seu testemunho dá conta, de maneira leve, de embates travados no cotidiano de uma família (in)comum: qual o tratamento dado por livres pensadores à religião? Há liberdade de se optar por uma religião? Com cinco filhos, como não se pensar em dinheiro? Em casa própria? Como educar uma menina/mulher aliando ideais anarquistas e valores morais conservadores? Qual o lugar da mulher nesse contexto libertário?

Misturando um senso crítico autodidata com um sentimento romântico-revolucionário, seus pais são os responsáveis por sua educação política e intelectual, complementada parcamente pela educação formal que era dispensada às meninas e mulheres do início do século XX. As leituras de mundo e dos livros que formavam a biblioteca da família Gattai, “livros proibidos” de Victor Hugo, Zola, dentre outros, e escondidos por D. Angelina, a mesma leitora dos romances em fascículos, serão lembradas ao longo de suas memórias. Esses livros proibidos, que juntos figuram em uma espécie de *index* do Estado de Exceção, traçaram para o Estado Novo de Getúlio Vargas, o perfil de anarquista, e mais precisamente “comunista perigoso”, de Ernesto Gattai.

Mesmo tendo se afastado da utopia anarquista por “problemas mais concretos [...]: a luta antifascista, antirracista e anti-imperialista” (GATTAI, 2009, p. 312), o pai de Zélia Gattai é preso em 1938. Tal fato é lembrado em seu segundo livro, *Um chapéu para viagem* (1993[1982], p 17):

Meu pai ficou preso mais de um ano, um longo e sofrido tempo de ansiedade e aflição, para ele e para nós.

A princípio, nos primeiros 40 dias, não tivemos notícias suas, por mais que as buscássemos. Todas as investidas, todos os esforços para vê-lo, saber de seu paradeiro, foram inúteis. Vivíamos num clima de ameaça e medo, era difícil conseguir advogado disposto a defender preso político. Ao aceitar a questão, o causídico arriscava-se a ser fichado e perseguido, a sofrer sanções.

São as leis do Estado de Exceção, “leis antianarquistas”, que permitem a prisão de uma pessoa pelo período de um ano, diante de uma acusação baseada na transmissão de um recado telefônico suspeito. São essas mesmas leis que cerceiam o direito de defesa de um indivíduo em um estado que se diz democrático.

Durante sua prisão, e sob o poder massacrante da Polícia Política e Social de São Paulo, permaneceu por “mais de 40 dias no porão escuro e úmido da delegacia, sob a lei dos policiais, a mesma de sempre: ‘ou confessa ou aguenta as consequências’. Ernesto Gattai não confessou nada, aguentou as consequências” (idem, p. 18).

Neste livro, a autora apresenta também a sua convivência com célebres comunistas brasileiros, bem como o início de seu casamento com o escritor Jorge Amado, às voltas com o Congresso de Escritores, no ano de 1945. Ao mesmo tempo em que narra o cotidiano dos partidários comunistas e sua luta pela democracia no país, luta que culminaria com a ilegalidade do partido, a autora nos leva a conhecer a infância Jorge Amado, seus pais e mais uma vez às relações diárias vividas sob o peso de um poder reacionário. A obra acaba com os preparativos de Zélia rumo à Europa, onde Jorge Amado já se encontrava exilado.

O livro *Senhora Dona do Baile* (1984[1984]) inicia-se em meio às lembranças de seus últimos dias no Brasil e da invasão de sua casa pela polícia. Fala também, do período que a autora viveu em Paris e das viagens que realizou pela Europa em companhia de Jorge Amado. Nessas excursões, participa de inúmeros encontros políticos que divulgavam não somente o ideário socialista, mas também, uma vontade de paz para um mundo que convivia com o pós-Segunda Guerra Mundial e com as incertezas da Guerra Fria.

Em seu terceiro livro, temos notícias da figuração mais sombria do estado de exceção e dos absurdos cometidos por Hitler durante a Segunda Guerra Mundial:

Encontrávamo-nos em Lídice, aldeia arrasada pelos nazistas, exatamente devido à morte de Heydrich.

A destruição de Lídice, em junho de 1942, revoltara o mundo inteiro pela monstruosidade incomensurável cometida pelos nazistas. [...]

Agora ali estávamos e me dava conta de que ouvir falar de uma tragédia ou apenas ler sobre ela era muito diferente de vê-la de perto, *in locu*.

[...]

Esse seria meu primeiro choque, diante dos fatos que começavam a dar-me a dimensão precisa da bestialidade nazista e do horror da guerra (GATTAL, 1984, p. 66-67).

Nesta obra, fica mais evidente a presença da testemunha Zélia e de seu encontro com inúmeras outras em seu caminho. A visão dos horrores causados pela Segunda Guerra, as marcas deixadas e cravadas nos sujeitos passam a ser comprovadas, vistas e partilhadas por ela: “Não foi preciso me dizer de onde vinha, compreendi logo ao ver em seu braço o número tatuado, identificação do campo de concentração” (idem, p. 96).

São essas pessoas que lhe dão notícia da necessidade e do compromisso de falar sobre as atrocidades vividas. O processo de catarse da sobrevivente Monika, apresentada como um *cadáver que fala*, uma espécie de entre-lugar do mulçumano e do sobrevivente, onde ainda há a possibilidade de linguagem e, portanto, da constituição do sujeito na fala, surge-nos como um rememorar desordenado. Surge-nos principalmente, como

uma ideia fixa: deixar seu testemunho num livro que estava escrevendo, um denúncia sobre o inferno dos campos de concentração. ‘Nada mais me interessa da vida... sou um cadáver que fala...’ (ibidem, p. 100)

[...] ‘Só desejo não morrer antes de terminar meu livro’ (GATTAL, 1984, p. 102).

As vozes das testemunhas se confundem. Zélia e Monika falam. Cada qual do seu horror: horror de sobrevivente, horror lançado sobre o estado do sobrevivente. As duas sabem que há nas suas falas um “objetivo, um dever a cumprir: contar, divulgar a experiência vivida” (GATTAL, 1984, p. 100), seja como ex-prisioneira de campos de concentração, seja como exilada.

O testemunho da fome, da morte de parentes, das torturas, do processo de desumanização, da vontade de vingança e de sua concretização levam a autora a refletir sobre seu papel de ouvinte e a partilhar do sentimento de necessidade de falar da experiência da vida nua: “Eu lhe prometi repetir sua história, sempre que tivesse oportunidade. O que mais uma vez faço aqui.” (GATTAL, 1984, p. 102).

Na sua quarta obra, *Jardim de Inverno* (1989[1988]), também apresenta-nos mais uma sobrevivente, “Helena dos olhos tristes, que trazia no braço a marca do campo de concentração” (idem, p. 34). Sem aprofundar-se em sua história, a autora nos deixa com essa imagem: uma mulher de olhos tristes marcada a ferro. Ao mesmo tempo em que pouco diz, não se pode deixar de perceber a perturbação causada por sua presença de sobrevivente, bem como, do mal-estar gerado pela marca trazida em seu corpo: eu sobrevivi.

Assim como sobreviveram Artur London e Lise, enviados a campos de concentração como deportados da Guerra Civil Espanhola:

O fuzilamento de Frederico García Lorca, por um pelotão das tropas franquistas, logo no início do conflito – em agosto de 1936 –, comoveu o mundo, causou revolta, provocou protestos veementes. Insuportável admitir o assassinato do grande poeta, insuportável ver a Espanha transformada em campo de experiências dos nazistas a provar novas técnicas, a experimentar novas armas em bombardeios e destruição de cidades [...].

Brigadas internacionais foram organizadas, integradas por voluntários do mundo inteiro. Homens e mulheres partiram para as trincheiras da Espanha, Artur e Lise London, entre eles. (idem, p. 26)

Neste livro, a autora narra seu período de exílio na antiga Tchecoslováquia, no Castelo dos Escritores de Dobris. Seu exílio é comparado a uma estufa, “a um cativeiro, imenso e abafado jardim de inverno” (ibidem, p. 20), belo e artificial. Suas memórias mostram sua vida transcorrer diante das incertezas de sua condição política (validação de vistos, condição de estrangeiros em um país socialista, falta de comunicação com a família...) finalizando a obra seu com o regresso ao Brasil.

Ao lado das denúncias sobre as atrocidades nazistas, percebemos que há na autora, ao longo de seus livros, uma reflexão sobre as práticas socialistas adotadas nos países onde viveu exilada. O milagre comunista começa a perder o brilho diante da luta diária por itens básicos; diante de uma vigilância sobre o que se diz e pensa sobre o regime, sobre a necessidade de “engajar-se” na causa sem direito a perguntas. A autora apresenta-nos seus questionamentos e críticas acerca da literatura engajada, fiscalizada de perto por uma espécie de “patrulha ideológica” socialista que acabava por cercear a própria potência criadora da literatura, limitada à mera reprodutora ideológica.

Também se percebe em sua fala reflexos da formação libertária que a permite atentar-se para o perigo existente em toda e qualquer forma de poder, de *vontade* de poder e, por conseguinte, de controle sobre o outro. Sendo assim, não podemos achar em Zélia Gattai um discurso naïf, como afirma Lilia Moriz Schwarcz, no posfácio de *Anarquistas Graças a Deus* (2009). Não há ingenuidade na fala de uma testemunha.

As lacunas, a parcialidade, o esquecimento, o descompromisso, ou qualquer outro ponto apresentado contra ela não suportam diante do peso do testemunho. Por isso, antes de memórias, a autora escreve seu testemunho, individual e coletivo, sobre o Estado de Exceção. Sua escrita fala de uma intolerância sobre o outro, sobre um lugar de potência de um Estado soberano que oprime, mata, aniquila a humanidade do sujeito, em nome da sua manutenção no poder.

Zélia fala das estratégias do homem comum, e mais precisamente da mulher comum, para sobreviver ao Estado de Exceção, ao exílio, ao sentimento de perseguição, à destruição de sua identidade, nacionalidade, de sua humanidade. Suas memórias, escritas do lugar do escritor/escrevente, marginal e marginalizado, nos mostram que não há heróis, não há vencedores, restam sobreviventes, memórias, testemunhas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. In: *Homo sacer O Poder e a Vida Nua* III. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. Bartleby o de la contingencia. In: AGAMBEN, G., DELEUZE, G., PARDO, J. L. *Preferiria no hacerlo*. Valencia: Pre-textos, 2005, p. 93-136.
- BARTHES, Roland. Crítica e verdade. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2007, Col. Debates.
- BRANCO, Lúcia Castello. O que é escrita feminina. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).
- DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou a fórmula. In: DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. Trad de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 80-103.
- GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- GATTAI, Zélia. *Um chapéu para a viagem*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- GATTAI, Zélia. *Jardim de Inverno*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- GATTAI, Zélia. *Senhora dona do baile*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, TEIXEIRA, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Histórias que nunca terminam. In: GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 319-323.
- SINHORI, João, GOMES, Cerize Aparecida Nascimento. *Literatura Testemunhal na Ditadura Militar: conexões entre história e literatura*. 2010, p. 4. Disponível em: http://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/913/959. Acesso em 20 de dez. 2012
- WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.